



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro
 CEP: 13560-140 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3374-1255 - E-mail: saocarlos2cr@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0008276-54.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Rosana Aparecida do Nascimento Tavares**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

RELATÓRIO

Rosana Aparecida do Nascimento Tavares foi denunciada como incurso no art. 184, § 2º do CP porque, nas circunstâncias de tempo e local descritas na denúncia, teria tido em depósito, com o intuito de lucro, 1040 CD's e 5285 DVDs reproduzidos com violação de direitos autorais.

A denúncia foi recebida em 19/11/2013 (fls. 99), a acusada foi citada (fls. 106) e apresentou resposta (fls. 110/113), não sendo absolvida sumariamente e inaugurando-se a instrução criminal, ao longo da qual ouviram-se testemunhas e foi interrogada a acusada, nesta data. As partes manifestaram-se em debates, pugnando o Ministério Público pela condenação, e a(s) Defesa(s) pela absolvição.

FUNDAMENTAÇÃO

A **materialidade delitiva** está comprovada pelos laudos periciais (fls. 55/57, 81/97) que comprovam, inequivocamente, que os CDs e DVDs apreendidos contem violação de direitos autorais. Ainda que não exaustivamente, e sim por amostragem, estão identificados titulares dos direitos autorais violados, não se falando em ineficácia probante do laudo de fls. 81/97, como pretende a Defesa em debates orais.

A **autoria** é incontroversa, pois a acusada a confessa. A confissão, ademais, é corroborada pela prova oral produzida em juízo nesta data, não havendo dúvidas de que era a acusada a responsável pela manutenção em depósito dos CDs e DVDs piratas que ela mesma gravava no equipamento que possuía para tal fim (fls. 55/57).

A **destinação de lucro**, além de inerente à atividade, no caso em tela foi objeto de confissão.

Quanto à(s) **tese(s) de defesa**, a conduta praticada pela acusada não é aceita socialmente e reveste-se de censurabilidade ensejadora de tutela penal, já que viola bens jurídicos alheios em grandeza relevante para a incidência da *ultima ratio*.

A acusada não agiu em erro de tipo. Sabia que estava confeccionando CDs e DVDs piratas e mantendo-os em depósito com intuito lucrativo. Isso emerge de sua confissão e não poderia ser diferente. Ainda que, como alega, desconhecesse



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro
 CEP: 13560-140 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3374-1255 - E-mail: saocarlos2cr@tjsp.jus.br

o caráter criminoso do fato, certamente, na esfera leiga, tinha conhecimento de cometer o ilícito, ou condições de alcançar tal conhecimento. Não estamos diante de erro de tipo nem de erro de proibição.

Passo à dosimetria da pena (sistema trifásico: art. 68, caput CP).

Pena Privativa de Liberdade.

Primeira fase (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): favoráveis.

Segunda fase (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): incide a atenuante da confissão espontânea (art. 65, III, "d", CP) mas a pena não pode ir abaixo do mínimo legal (Súm. 231, STJ).

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): não há.

Pena definitiva: 02 anos de reclusão.

Regime inicial de cumprimento (art. 33, §§ 2º e 3º c/c art. 59, III, CP): aberto.

Substituição por penas alternativas (art. 44, CP): possível a substituição por uma pena de multa pecuniária no mínimo e uma de prestação pecuniária de um salário mínimo, como requer o Ministério Público.

Pena Pecuniária (art. 49 c/c art. 59, II c/c art. 60, CP): mínimo.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **julgo procedente** a ação penal e CONDENO a acusada Rosana Aparecida do Nascimento Tavares como incurso no art. 184, § 2º do Código Penal, aplicando-lhe, em consequência, as penas de (1) reclusão de 02 anos, em regime aberto, substituída por multa de 10 dias-multa, valendo cada qual 1/30 do salário mínimo, e prestação pecuniária de 1 salário mínimo (2) multa de 10 dias-multa, valendo cada qual 1/30 do salário mínimo.

Tendo respondido ao processo em liberdade, assegura-se o direito de recorrer na mesma condição.

Sem condenação do acusado em custas, uma vez que faz jus à AJG.

P.R.I.

São Carlos, 30 de junho de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA